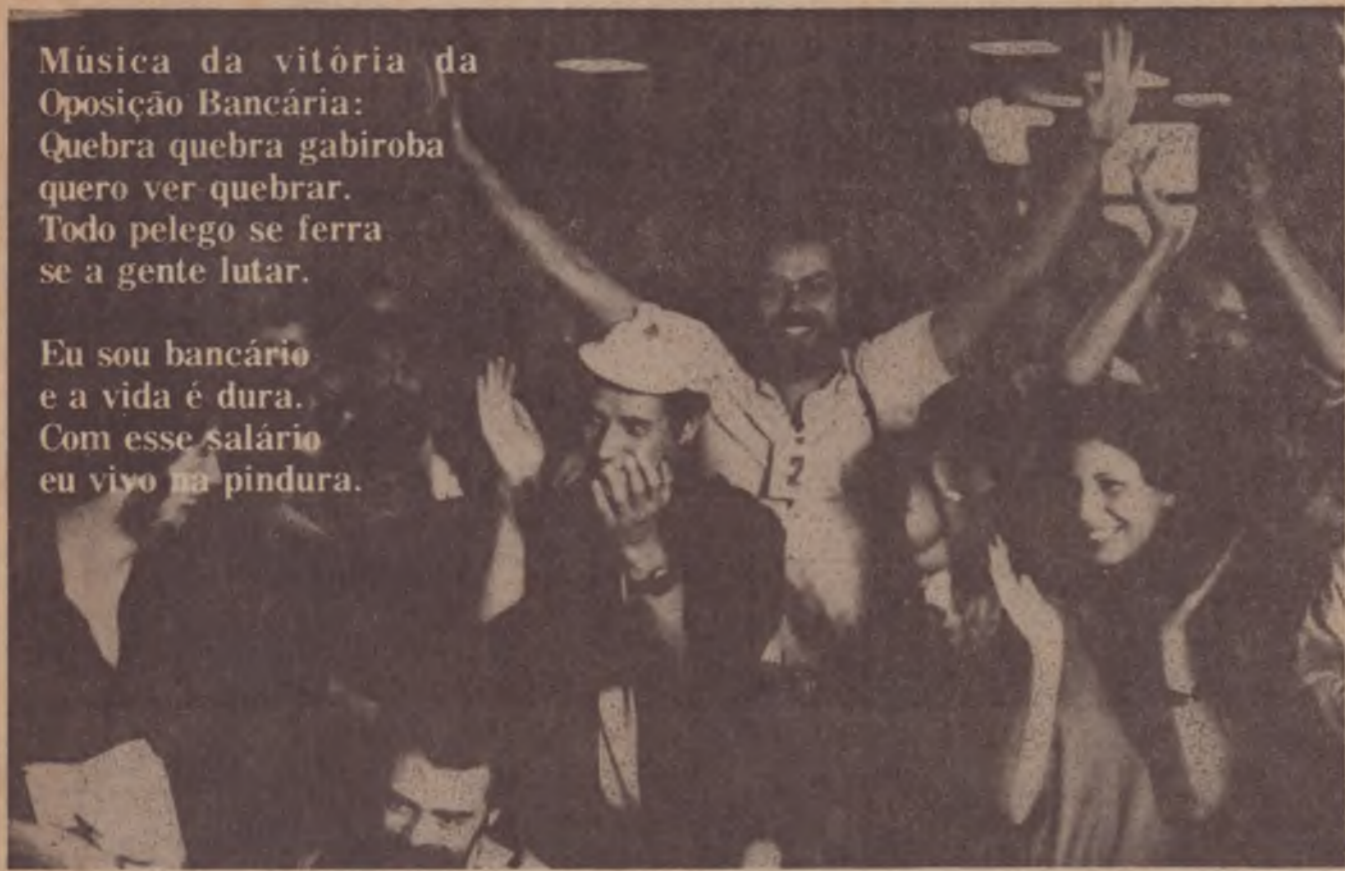


Música da vitória da
Oposição Bancária:
Quebra quebra gabiroba
quero ver quebrar.
Todo pelego se ferra
se a gente lutar.

Eu sou bancário
e a vida é dura.
Com esse salário
eu vivo na pindura.



Vitória da Oposição bancária Desta vez foi pra valer

Centenas de bancários saíram em carnaval pelas ruas de São Paulo no último dia 18 para comemorar a derrubada do pelego. «Agora é garantir a posse e lutar pela democratização do sindicato», afirma o novo presidente.

Pág. 3

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 52 — DE 22 A 28 DE FEVEREIRO

O QUE A OPOSIÇÃO FAZ NO CARNAVAL

Lula, Severo Gomes, Henfil, Lisâneas Maciel, Antônio Augusto de Oliveira Campos, Helena Grecco e Plínio Marcos contam seus planos para este carnaval. Movimento Contra a Carestia organiza blocos nos bairros. Newton Santos exilado brasileiro, com saudades de Momo, mostra como deve ser entendida a maior festa popular brasileira.

Pág. 7

IR-Calamidade paga folia do governo

Com o pretexto de salvar os flagelados das enchentes, o governo meteu a mão no bolso dos trabalhadores através do aumento da alíquota do Imposto de Renda na fonte. Mas a verdade é que em Minas as vítimas da calamidade estão sendo tratadas entre o descaso total e a paulada pura e simples da polícia. Onde foi parar então o dinheiro, senão nas orgias dos Lutfalla, Atalla, Light e Cia?

Pág. 6

Chapa branca na Federação

As mordomias da Federação Paulista de Futebol conseguiram aquilo que nem mesmo Geisel e Figueiredo puderam fazer: uniram malufistas e egýdistas em torno da dobradinha Nabi/Márcio. Corrupção, fraude e intimidação dos delegados deram vitória à chapa arenista. Teme-se pelo futuro da FPF: o novo presidente já conseguiu levar à falência um clube do interior, o Bragantino, de Bragança Paulista. Pág. 12

Febem corrompe menores

Multiplicam-se as denúncias de maus tratos nas unidades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). Ao invés de apurar as responsabilidades, a direção da entidade encarregada da «recuperação» dos menores abandonados de São Paulo, começa a pressionar jornalistas e funcionários que apontam as irregularidades. Neste número, EM TEMPO publica a primeira de uma série de reportagens mostrando toda a podridão existente na FEBEM. Pág. 12



O camponês que foi a Puebla

Zé Teixeira, lavrador goiano, de volta do México é recepcionado por um mutirão de companheiros na sua roça. Pág. 8

Fumageiros contra a Souza Cruz

Pág. 4

China X Vietnã

"Camarada" Teng ataca outra vez

Pág. 9

Tentaram a suspensão do EM TEMPO

Pág. 11

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA...



Sequestro no sul virou moda

Uma viatura da JEFATURRA DE POLÍCIA DEL URUGUAY invadiu durante a madrugada o último dia 15 a cidade fronteira de Santana do Livramento (RS)...

do grupo, falando castelhano gritou «vai conosco até Vila Tranquera, no território Uruguaios». Desconcertada, ela procurou o líder da bancada do MDB na câmara que a instruiu a dar queixa à polícia.

A cena foi acompanhada por Ana Maria Fontes de Moreira, esposa do sequestrado e mais duas testemunhas. Segundo Ana Maria, o chefe

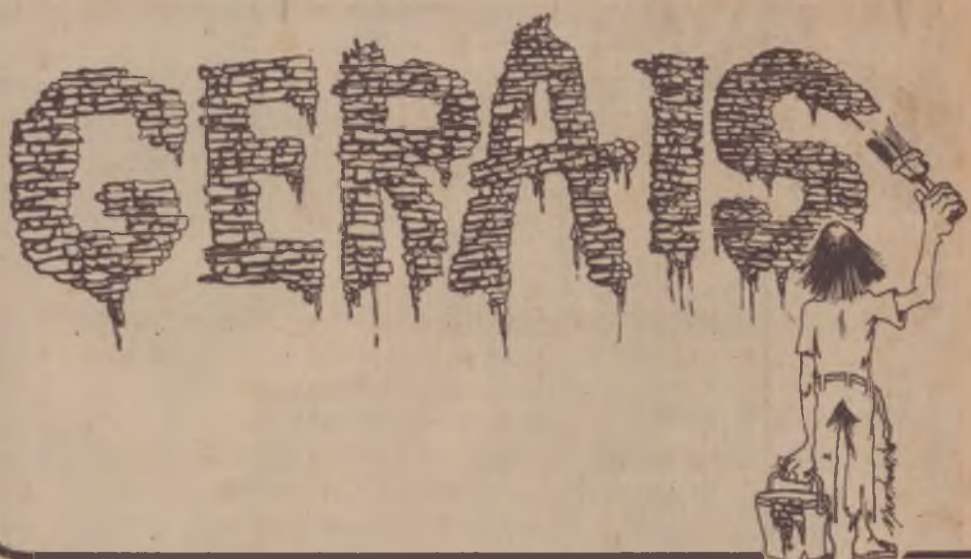
em Porto Alegre o brasileiro Nelson Rolin de Moura, preso durante 15 dias em Montevideo. Na oportunidade, Fuques interrogou Moura durante quatro horas e, tranquilamente, mostrou-lhe as anotações que lhe tinham confiscado os policiais uruguaios. E o delegado Fuques não esqueceu de recomendar a Moura que esquecesse completamente o «episódio» para não se meter em novos apuros.

O caso foi denunciado ao governador Guazzelli e está nas mãos do delegado Edgar Fuques. O mesmo que conduz as investigações sobre o outro sequestro, o dos uruguaios em Porto Alegre. Aliás, esse delegado é o mesmo que em 1975 recebeu

Burro de Zoológico?

O empresário João Carlos Meirelles acaba de provar que a gente não pode levar a sério os empresários. Seu raciocínio é o seguinte: «A Amazônia é uma floresta sem e melhor seria cortá-la do que deixar que ela floresça».

Mas, ele foi além, defendendo a ocupação imediata de 1 milhão e 500 mil quilômetros quadrados da região, alegando que «não podemos permitir a transformação (da Amazônia) num Jardim Zoológico».



A união da Vila Nhocuné



Mais uma vez, o povo da periferia de S. Paulo se reúne para exigir das autoridades, melhores condições de vida.

posto de Saúde naquela região.

Desta vez foi da Vila Nhocuné, na Zona Leste, onde mais de 200 moradores, se reuniram domingo à tarde em assembléia, para a entrega de um abaixo-assinado com mais de 900 assinaturas, a onde é colocado a urgência da construção de um Pronto-Socorro e a ampliação do

O representante do secretário de saúde tentou conduzir a reunião esboçando um monólogo onde aparecia a preocupação de justificar a situação, colocando a culpa na burocracia que não deixa de existir e nas dificuldades financeiras.

Imediatamente, um rapaz levantou-se e convidou: «Porque o sr. não vem morar aqui para sentir as

difficultades que a gente enfrenta para levar um doente nosso ao posto de saúde ou hospital mais próximos? Venham sentir o que a gente sente, aí talvez vocês falem menos e ajam mais».

Já com a ameaça da chuva e sem muita resposta concreta, o secretário acenou com a possibilidade de construção de um hospital geral em Itaquera e construção de um Pronto-Socorro no Jardim Nordeste, distante três quilômetros da região, mal servido pelos transportes coletivos. Finalmente, o representante do secretário não prometeu o posto mas garantiu que se esforçaria para tanto, lembrando que a promessa poderia ser cobrada antes de sua saída do cargo, a 15 de março.

Ali mesmo, marcou-se a próxima assembléia para o dia 11 de março, para dar continuidade à luta pelo pronto-socorro e ampliação do posto de saúde da Vila Nhocuné.

DNER: explorando e construindo estradas

«O governo não deve saber que nós existe, só pode ser isso». «Não saio daqui, porque se eu morrer eles paga o sepultamento».

Fazem toda a sorte de biscates, enfrentando uma jornada de trabalho diária de 16 a 18 horas.

Estas são algumas das declarações prestadas, à sucursal de Belo Horizonte, pelos funcionários de nível 1 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, eles são auxiliares operacionais do serviço de engenharia, representam a base da hierarquia do Departamento, atuam nas diferentes frentes de trabalho espalhadas pelo País, recebendo um salário estatutário que varia entre Cr\$ 1.793 e Cr\$ 1.983.

— «Fora daqui sou pintor de paredes. Este aqui trabalha numa companhia de limpeza, aquele lá vende limão. Na sexta-feira passada, por exemplo, saí daqui às seis e meia da tarde e encarei uma pintura até meio-dia de sábado. Mas tem que ser, senão as famílias não comem».

Sobre o aumento de 40% que receberão a partir de março, foram todos unânimes quanto à sua insuficiência e quanto à defasagem que existe entre ele e a realidade dos servidores de nível 1.

A maioria dos auxiliares operacionais de engenharia entrevistados já trabalhou na abertura de rodovias em diferentes pontos do Brasil — batalhei 12 anos na Rio-Bahia, com picareta, enxada, trabalho de força, mesmo».

Sem diversões que compensem, «só vou na missa e ouço futebol pelo rádio», lembrando que esta realidade miserável atinge aos auxiliares operacionais do serviço de engenharia do DNER de qualquer região brasileira, os funcionários de nível 1 de Belo Horizonte desabafam:

— «Bota no jornal tudo o que a gente disse. Diz também que a gente é humano, que trabalha, ninguém é bandido, nem marginal e que, dentro do DNER mesmo, tem gente que ganha o mais da conta e nós estamos sempre piores».

(Luiz Carlos Josephson)



Resistência

Realizou-se no dia 12 de fevereiro, na Auditoria da 8ª Circunscrição Militar de Belém, o julgamento dos implicados no caso do jornal Resistência, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por terem publicado notícias consideradas tendenciosas.

Um deles, Paulo Fonteles, presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e acessor jurídico do Instituto de Pastoral Regional, órgão da CNBB, recusou-se a assinar seu depoimento, alegando que o mesmo omitia muito do que revelara quando torturado nas dependências do Exército, há anos atrás.

O diretor do jornal, Luis Makiouf reafirmou que continuava denunciando todas as informações sobre ocorrências de torturas que lhe forem levadas, afirmando que assim, agiria como um brasileiro que não concorda com a opressão instaurada no país desde 64.

Do jeito que as coisas vão, a gente fica a pensar que a «abertura» só virá mesmo para aqueles que nunca conheceram fechamento algum. Os outros, que se cuidem, senão a «abertura» apanha... (A.R.).

Vigarice imobiliária

Na terça-feira, dia 13 de fevereiro, realizou-se na Fracab (Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro), uma reunião dos moradores do bairro Jardim Viçosa. Havia aproximadamente 100 pessoas que neste dia assinavam a escritura definitiva de seus terrenos, comprados há mais de três anos.

Conta o presidente da Associação, formada há um ano e três meses, seu Carlos Guerreiro, que os terrenos foram comprados da UMVP (União dos Moradores das Villas Populares), sendo que esta as comprara do proprietário, seu Rafael, pagando apenas a entrada e após receber os 6 hectares os vendera o antigo proprietário pediu reintegração de posse e ganhou a questão.

Os moradores começaram a se organizar, formando associações e compuseram diversas comissões (jurídica, imprensa, contatos, etc.) todas funcionando regularmente, procuraram advogados e começaram a batalha,

passando de uma situação de despejo iminente para a atual, quando compraram conjuntamente toda a área — 116 lotes, num total de 50 compradores A demonstração mais evidente de solidariedade foi o de se terem cotizado para pagar Cr\$ 4.000,00 de entrada, dado que havia pessoas que não dispunham do referido montante. Com a venda dos demais lotes pretendem urbanizar o loteamento. Endem eles que a função de sua organização não termina com a regularização dos terrenos, razão primeira porque foi fundada a Associação, e pretendem continuar organizados e unidos.

Cabe ainda uma palavra sobre a UMVP, «entidade fantasma», fundada sobre a ideia de uma «imobiliária popular» e que realizou as maiores picaretagens na grande Porto Alegre; o sem número de loteamentos irregulares por ela realizados já foi objeto inclusive de uma CPI para «apurar as irregularidades na venda de lotes e cobranças de dinheiro para urbanização nos loteamentos de responsabilidade da UMVP», mas a CPI encontra-se engavetada na Câmara.

Açúcar e repressão

O «dono da Copersucar (continuando entendendo esse negócio de cooperativa ter dono), Jorge Wolney Atalla, não administra bem o que ganha explorando seus empregados e está precisando de dinheiro.

O Banco do Brasil já se dispôs a formar um «pool» com outros bancos para socorrer o Atalla. (Por outro lado, os trabalhadores brasileiros, que se encontram numa pior há muito mais tempo, continuarão estrepados, sem assistência de qualquer «pool»). Como vêem, o dinheiro que o famigerado empresário aplicou na «Operação Bandeirantes», ainda no tempo do governador Abreu Sodré, continua dando dividendos até hoje. (R.V.N.).

A verdadeira abertura

O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria Militar da 2ª CJM, absolveu por unanimidade o engenheiro Ricardo Zaratini Filho da acusação de envolvimento nas greves da Cosipa, em 1965. Um dia antes, o engenheiro tinha sido condenado a três anos de reclusão por aquela mesma auditoria, sob a acusação de publicar e distribuir o jornal «O Companheiro», considerado subversivo, e por organizar a entidade também considerada «subversiva», Partido Revolucionário do Proletariado.

«falso e forjado», uma vez que só foi expedido duas semanas depois da prisão, não tendo portanto sustentação legal.

Um aspecto bastante interessante de toda a história, é que o julgamento foi feito tendo por base a nova Lei de Segurança Nacional; e mais hoje, que se fala em abertura e anistia até mesmo nos anais do governo, a condenação encerra algo de insolito e intrigante. Ninguém explica por exemplo, como é que se vai anistiar os presos políticos, se ainda agora se esta condenando, segundo as regras do arbitrio. Ou será que a tão propagada abertura não vai passar de uma simples «fresta» mesmo? (A.R.).



Papi e Fábio fazem: Diagramação • Montagem • e Produção gráfica Todas as 3ªs feiras à noite Tel.: 8536680 e 2804759



CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canulo, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini, M. DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canulo (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai. Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges

ro, Altair Moreira, Cecilia Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Vaga, Lana, Marlene Oliveira, Olgária Mats, Patrícia Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Almir Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Anderson Amorim, Arco: Sérgio L. Papi (diagramação), Sérgio Marrinoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio R. Sousa F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Mannino, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quina, Silvestre Prado, Valdeir Amorim. Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé. SUCURSIAS: Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimaraes, 1884): Alberto Barate (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Marchado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Léo Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan (redação), Mariza Araújo (administração). Porto Alegre (Av. Osvaldo Cruz, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letícia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Recife: Antonio Sérgio de Souza, Fred Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Prestello, Paulo Santos, Rebecca Scastru, Alzira Medeiros, Eliane Vasco, Ivitor Almeida, Manna Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Rita Nogueira (administração). Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 - sala 408): Adairton Nogueira, Alan Albuquerque, Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kaye, Paulo Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lúcia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Azevedo, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Renato Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Cássia Salvador (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501): Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio D. S., Emiliano José, Dalton Godinho, Odaque Miranda, Lúcia Maria. ESCRITÓRIOS: Aracaju (SE): David Dantas. Campinas (SP): Geraldo Barros

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Genivaldo de Paula (gerente Araujo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araujo, (administração) e distribuição), João Passos (PB), Aurelio Araujo, Geraldo de Araujo, Manoel Campos (RJ), Cícero Correia, Francisco de Assis. ADMINISTRAÇÃO (São Paulo) Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, J. Sales, Jesus Maria Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Gerber, Altair de Marcoen des Picone (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelfo Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimaraes, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Tel: 853-6680. Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.

Assine EM TEMPO:

Form for subscription and contact information, including name, address, phone, and pricing for individual and institutional subscriptions.

EM TEMPO:

Souza Cruz entre dois fogos

Enquanto 1500 plantadores de fumo decidiram pela paralisação da entrega do produto à Souza Cruz (e à Santa Cruz) se suas reivindicações não forem aceitas, os operários da empresa, em todo o Brasil, estão em pé de greve.

por Juez Rocha

Primeiro, a Souza Cruz escondeu o jogo, pediu dois adiamentos sucessivos da reunião de negociação com o Sindicato dos Trabalhadores de Fumo, no Ministério do Trabalho. Depois, blefeou: a reivindicação unificada dos trabalhadores de vários Estados do País — de 20% de aumento além dos índices fornecidos pelo Governo — a empresa opôs que só concordaria discutir caso o Sindicato aceite apenas os índices oficiais. Isto é, não quer nem discutir. «A recusa da empresa, até mesmo em dialogar conosco, nos parece um desafio à possibilidade de uma greve e uma agressão do ponto de vista econômico com os trabalhadores», diz o presidente do Sindicato de Belo Horizonte, Nilton Borges Ferreira.

E, ao que tudo indica, a Souza Cruz declarou guerra ao legítimo movimento de seus empregados. Só na fábrica de Belo Horizonte, oito operários que cumpriam algum papel de liderança nas várias seções, alguns com 18 ou 20 anos de serviço, foram despedidos. É o caso de uma operária, que trabalhava há oito anos na empresa e foi demitida sem conhecimento de motivos. Participava, junto com um amigo também demitido, da comissão de salários, formada no correr da mobilização. Foi, inclusive, chamada de «comunista» por um chefe de seção, dias antes da

demissão. Segundo informações do Sindicato, também em outros Estados dispensas já ocorreram. Coerente com a sua prática de pressões e intimidações, a Souza Cruz, em Belo Horizonte «vem inclusive violando os armários individuais de seus empregados». Outro método que a empresa vem utilizando é o de dividir para melhor reinar: forçou acordos, em separado, com as cúpulas sindicais de Uberlândia e Salvador, nos quais o trabalhador nada receberá, além dos índices do Governo. Ao Sindicato de Salvador e Recife a empresa acenou com uma oferta que beira o suborno: uma quantia correspondente a 5% do pagamento em folha será doado ao sindicato pela empresa.

Os operários, diante da atitude intransigente dos patrões, estão em pé de greve. No Rio de Janeiro, em assembleias que contaram com a presença de cerca de 800 trabalhadores, a decisão quase foi de paralisação imediata. Em Minas Gerais, na assembleia realizada o clima era semelhante. Novas assembleias serão marcadas para o início do mês de março, simultaneamente em vários Estados, buscando criar condições para um enfrentamento conjunto contra a Souza Cruz. O movimento encontra adesão também dos Sindicatos de Porto Alegre, de Belém e de Petrópolis.

Plantadores de Fumo

Enquanto cresce o movimento dos operários,

uma outra greve já estourou: 1.500 agricultores, provenientes de mais de dez municípios de Santa Catarina (Içara, Criciúma, Siderópolis, Orleans, Turvo, São João do Sul, Maracajá, Araranguá, Praia Grande, Nova Veneza, Urussanga, Moro da Fumaça, Jacinto Machado, Laguna e outros), representando aproximadamente 20 mil famílias de plantadores de fumo, decidiram pela paralisação da entrega do produto à Souza Cruz e à Santa Cruz (Philip Morris). Exigem com a paralisação: aumento de 40% com relação ao preço médio do ano passado; a simplificação da classificação de tipos de fumo, adotando se possível a de 1962, quando existia apenas 10 tipos de fumo; indicação de fiscais pelo Ministério do Trabalho.

Estes milhares de trabalhadores fazem parte dos 56 mil famílias de pequenos plantadores de fumo que dependem diretamente da Souza Cruz, para vender o seu produto. Segundo vários estudos feitos, a renda média dos plantadores de fumo não é superior a um salário mínimo por família, e mais ainda a média do endividamento é de aproximadamente Cr\$ 15 mil. O próprio relatório da Souza Cruz, divulgado em dois de fevereiro deste ano, se preocupa com que os aumentos sejam na medida de impedir que os agricultores sejam obrigados a emigrar para a cidade.

Esta situação de penúria, explica a generalização e a combatividade do movimento dos plantadores de fumo. Diante da denúncia feita em uma assembleia, pelo presidente do sindicato Rural de Criciúma, senhor Mazilli, de que foi procurado pelo sr. Harry Werner, da Associação dos Fumicultores do Brasil, para ser subornado, gerou-se um clima de tal revolta e tensão que os

debates forma interrompidos por gritos unânimes de «morte aos traidores», numa clara referência ao presidente da Afuba. A indignação foi tal que um agricultor chegou a propor, em Assembleia, que se o senhor Harry aparecesse no município deveria ser jogado na fôrma de uma estufa. Em Jacinto Machado, houve proposta dos agricultores de apreenderem as chaves dos caminhões para evitar que alguns agricultores furassem a greve. Em determinado município, alguns agricultores ameaçaram (e quase o fizeram) de jogar o instrutor da Souza Cruz na fôrma de uma estufa, quando este tentava forçá-los a entregar o fumo. Em outro município, ante a negativa da empresa de aumentar os preços, alguns agricultores retiraram à força fardos de fumo já entregues.

Apesar das pressões e das tentativas de dividir o movimento por parte das Cias., os agricultores têm demonstrado a sua força: houve uma baixa de 40 toneladas diárias de fumo que deixaram de ser entregues no posto de Santa Cruz de Tubarão. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), Flávio Costa Pinto, deu o seu total apoio ao movimento. Em nova Assembleia, realizada no dia 27 último, decidiu pela fundação da Associação dos Fumicultores do Estado de Santa Catarina, envolvendo todos os sindicatos rurais da região. Pretende-se que a Associação venha a evoluir posteriormente para uma cooperativa, que possa reunir os 20 mil plantadores da região e exportar diretamente sem interferência das companhias multinacionais.

O império da Souza Cruz

Lucro líquido — Cr\$ 2.419.000.000,00 — acréscimo de 20% em relação ao ano anterior
Rentabilidade líquida — Lucro líquido/capital social — 55,5%
Incentivos fiscais recebidos — Cr\$ 115.000.000,00
Gastos em publicidade — Cr\$ 263.101.000,00
Empréstimos no exterior — Cr\$ 32.793.000,00

Dados retirados do Relatório da Souza Cruz publicado em dois de fevereiro de 1979

“Nós não temos onde morar”

A polícia gaúcha, para defender os interesses de um engenheiro, invade e destrói as casas que mais de 500 famílias estão construindo numa propriedade considerada privada. Elas reclamam a posse da terra.

por Ana Barros Pinto

«Queremos terra». «Terra a quem trabalha» e «Onde morar?» foram as faixas carregadas por mais de 200 moradores da vila já conhecida em Porto Alegre como «Caiu do Céu», uma área de 25 hectares na vila Santo Agostinho, numa manifestação em frente à Assembleia Legislativa, na semana passada. Os moradores decidiram recorrer ao legislativo depois de invasões violentas da polícia que resultaram em destruição de barracos e inclusive no braço quebrado de uma das moradoras. A tentativa dos moradores é garantir

a posse da terra, ocupada há cerca de dois meses por famílias das redondezas, empurrados pelos altos preços dos aluguéis. O apoio pedido aos parlamentares é contra a medida tomada por Décio Selaimen, um engenheiro que entrou na justiça alegando usucapião e exigindo a posse da terra. As famílias posseiras, hoje mais de 500, se recusam a sair da área e acham que somente uma medida política impedirá que sejam expulsas. Uma comissão conversou com o senador Pedro Simon e outros deputados do MDB e da Arena, que prometeram soluções para o caso. E os moradores acreditaram nas promessas. Uma delas, mãe de seis filhos, comentou: «Naquele dia dormi tranquila, o que não acontecia desde que começamos a querer tirar a gente daqui».

A luta por morar

No meio do pó e do calor escaldante de fevereiro, as famílias não param um minuto de trabalhar. Como a vila começou ninguém sabe.

«A gente viu pessoas marcando terrenos e vieram botar nossa casinha aqui também», conta a EM TEMPO Maurilha Fernandes, 30 anos, seis filhos todos menores. Assim como a grande maioria dos moradores, Maurilha tem medo da volta da polícia ao local. «Eles vinham numa viatura, a mando do Décio, e começavam a atirar, apavorando todo mundo, principalmente as crianças».

E foi exatamente numa dessas investidas que o atrito tomou sérias proporções, com várias pessoas sendo espancadas e dona Maurilha ficando com um braço quebrado. «Foi o Dorocy, o Pedrinho e o Renatão», diz dona Maurilha, que além de espancar os moradores que reagiram a violência, ainda derrubaram vários barracos construídos em mutirão pelos moradores.

A população da vila é constituída de operários, domésticas, biscateiros e vendedores ambulantes, entre outros, com renda média igual ao salário mínimo. Mas o que mais impressiona no meio do pó da vila são as crianças, uma população estimada em menos duas mil. A média de crianças por família na vila é de seis a sete, sendo que em algumas este número chega a 12. Orgulhosos de suas casinhas, os moradores são unânimes em afirmar que ninguém quer de graça a terra. «A gente quer ver quem é o dono mesmo e comprar, de acordo com nossas posses». Em pelo menos quatro depoimentos, as pessoas deixaram claro que aquela área de terra está abandonada há muito tempo.

— Olha moça, faz mais de 20 anos que moro por aqui e nunca vi um vivente nestas terras, nem casa, nem nada. Era matão só, conta Leoni Oliveira Pereira, presidente da Associação dos Moradores da Vila Maria Inês que atualmente reivindica água e luz para o local. Essa versão é dada por outros moradores, inclusive alguns que moram num terrenos próximos dali, vendidos há 16,18 e 20 anos pelo mesmo Décio Selaimen, e que até hoje nunca viram a escritura.

Exemplo

Quando reivindicam a posse da terra, os moradores comentam a mesma situação ocorrida em outras vilas na periferia de Porto Alegre, a mais recente, a do Monte Cristo. «Lá eles se juntaram para não perder a posse e foram

comprando aos pouquinhos», diz um aposentado, aproveitando para fazer críticas ao BNH. «A gente não consegue uma casinha do BNH. A gente junta o salário de todo a família e mesmo assim não alcança o exigido por eles. O negócio é vir para cá e assegurar essa terra».

Para isso, os moradores fizeram uma comissão de defesa contra as investidas policiais, sempre a mando do Décio Selaimen. Mesmo assim, ele e os já conhecidos Dorocy, Renatão e Pedrinho estiveram na vila na noite da última quinta-feira, o dia em que os moradores fizeram a manifestação na Assembleia com a cobertura da imprensa, rádio e televisão locais, para uma nova intimidação. Chegaram na boca da noite, num Dodge dart branco com capota marrom, placas AM 3000, armados de mosquetão e começaram a atirar para cima, alegando já ter falado com a tropa da choque e o 1º Batalhão de Guardas do Exército. Os moradores se reuniram em seguida e fizeram queixa na 8ª Delegacia de Defraudações e Atentados a Pessoa.

«Vamo continuá lutando»

Essa é a disposição dos moradores. É notório em suas atitudes e palavras a determinação de não sair daquelas terras, hoje já com os terrenos demarcados, quase todos do mesmo tamanho, com lugar para a casa e um quintalzinho para as crianças.

No próximo dia 28 o juiz da 16ª Vara Civil de Porto Alegre irá julgar ação de Décio Selaimen contra cinco dos moradores da vila, por esbulho da terra. Organizadamente, os moradores pretendem comparecer ao local, pois se o juiz conceder liminar em favor de Décio, os moradores terão que se retirar. As duas testemunhas de Décio para comprovar a invasão e o esbulho da área que ele se diz dono, mas que não tem como provar, são exatamente dois dos três policiais que têm promovido as intimidações, espancamentos e derrubada dos barracos durante construídos pela população da vila: o Dorocy (Gonçalves da Silva) e o Pedrinho (Pedro Salibi).



METALÚRGICOS

Por José Rosa e José Waldemar

Dia 18 último, 700 operários metalúrgicos lotaram completamente o salão do Sindicato das Indústrias Têxteis (o Sindicato dos Metalúrgicos não possui salão próprio para Assembleias, sendo que sua base territorial atinge, também, Jacarei e Caçapava), na 1ª assembleia da categoria neste ano e a maior concentração operária em São José dos Campos pós 64.

Os operários que lá estavam demonstraram, desde o início, que não foram lá somente para ratificar as decisões do presidente do Sindicato, José Domingues Pelego, que há 22 anos dirige o Sindicato dos Metalúrgicos. «Zezinho», é um burocrata dos pés à cabeça, ex-interventor e ex-candidato a prefeito pela Arena derrotado nas últimas eleições.

Levando suas próprias propostas, empunhando faixas, aplaudindo e vaiando os operários garantiram uma assembleia democrática onde todos os metalúrgicos, sindicalizados ou não, tiveram o direito de falar e de votar.

Os metalúrgicos apoiaram as reivindicações apresentadas pelo presidente, de reajuste salarial de 34,1% acima do índice que o governo quer impor, redu-

Em S. José dos Campos

Balançam o coreto

ção da jornada de trabalho para 40 horas semanais visando garantir emprego para todos os trabalhadores; piso salarial de 3 salários mínimos; reajustes salariais a cada 3 meses para acompanhar o custo de vida; que o acordo proposto vigore até 31 de outubro deste ano, para que se unifique a data base com os sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos.

Os metalúrgicos exigiram ainda uma Comissão Salarial Aberta e Comissões de Fábrica para levar a luta, discordando do encaminhamento proposto pelo presidente de levar sozinho as reivindicações.

Retratção do pelego

A primeira coisa que «Zezinho» fez ao descer do carro do sindicato foi tentar impedir a venda do jornal «Verdes» na entrada da assembleia. Em seguida, ao entrar no salão repleto de operários, deparou com um monte de faixas nas quais se lia: «Comissão Salarial Aberta»; «73% sem desconto nem parcelamento»; «Até a vitória final»; Sem pestanejar, Zezinho arrancou e rasgou duas faixas, ameaçando os que as estavam colocando. Imediatamente, todo o plenário começou a vaivar e gritar «pelego, pelego». Ao perceber que os tempos mudaram, o

presidente retratou-se, pedindo muitas desculpas. Nos seus 22 anos de sindicalismo — fiéis aos patrões e ao regime militar — foi um dirigente autoritário que nunca vacilou em chamar para a brigada todos os que discordassem dele.

Maior participação

Apresentadas as propostas tiradas em comum pelos 34 sindicatos do Interior do Estado um operário interviu dizendo que o «Zezinho», há tanto tempo na diretoria do sindicato, até hoje nada conseguira para a categoria. Propunha então uma Comissão Salarial Aberta para que os operários de todas as metalúrgicas de São José mandassem seus representantes para «sentarem na mesma mesa com o sindicato e os patrões», no que foi muito aplaudido por todos. O presidente, já recomposto dos incidentes anteriores, habilmente apoiou a proposta, mas alertou que o sindicato não poderia garantir a estabilidade aos integrantes da comissão, contra-propunha que, caso os patrões não aceitassem em conjunto as reivindicações, convocaria uma outra assembleia tirando a Comissão Salarial Aberta. Desta maneira garantiu-se que o sindicato não tivesse poderes para negociar com os patrões, conquistando-se aos poucos a livre negociação entre operários e empresários.

Outros oradores falaram da necessidade de Comissões de Fábrica para conscientizar os companheiros das lutas que se avizinhavam. Defenderam também, a formação de um Partido dos Trabalhadores, sem patrões, para lutar pelos reais interesses dos trabalhadores, tendo o apoio de todo o plenário.

Pelego também quer PT

O presidente, quando interpelado sobre o PT, uma vez que esteve em Lins e apoiou a proposta, disse não estar preparado para responder. Pediu então que o secretário do Sindicato, João Bosco Prisco — ex-candidato a vereador pela Arena, derrotado — respondesse e este começou dizendo: «Nem Arena, nem MDB...; apoio totalmente o PT». Em seguida chamou para a greve caso as reivindicações feitas não sejam aceitas pelos patrões.

Após duas horas de Assembleia agitada, onde se ouviu várias vezes gritos de «Pelego» e «Greve», o edifício que o «Zezinho» levou 22 anos para construir ficou ameaçado de ruir e um cheiro de greve passou a rondar as fábricas metalúrgicas de São José dos Campos.

Em Campinas

Sem colher de chá para os patrões

Com o objetivo de esvaziar a assembleia dos metalúrgicos de Campinas, várias indústrias, entre elas a Bosch, a Clark e a Singer e a GE convocaram seus operários a trabalhar no domingo passado, dia marcado para o encontro dos trabalhadores. Mas os patrões deram com os burros n'água. Aproximadamente 2.000 operários participaram ativamente da assembleia.

Além da tentativa de esvaziar a assembleia, as indústrias continuam exigindo mais horas extras com o objetivo de formar estoques, caso venha a estourar uma greve entre os metalúrgicos.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Cid Ferreira de Souza é fundamental para os 40 mil operários — dos quais 20 mil são sindicalizados — que o ritmo de produção seja mantido inalterado, tal como vem ocorrendo nas últimas semanas, para que os empresários não possam formar os estoques preten-

didos e não tenham margem de manobra caso ocorra a greve.

Os 2.000 trabalhadores presentes à assembleia, aprovaram por unanimidade as propostas para a campanha salarial, que consta entre outras, das seguintes reivindicações: reajuste salarial em 34,1% acima do índice oficial do governo; piso salarial igual a três salários mínimos vigentes; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reajustes salariais a cada três meses, de acordo com os dados do custo de vida divulgados pelo DIEESE.

O presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, presente à Assembleia de Campinas, citou o Imposto de Renda — Calamidade e a compra da Light como exemplos de «uma amostragem das mentiras que o governo impõe aos trabalhadores», e criticou duramente os ministros da Fazenda e das Minas e Energia.

Deixe as "águas" rolar

Passadas as pancadas d'água, os flagelados de Minas começam agora a sofrer pancadas da polícia, das trambicagens da administração pública e de vários tipos de aproveitadores da desgraça alheia. Diante desta situação, não lhes restou outra alternativa, senão se organizarem num movimento reunindo inclusive setores da oposição popular. Aqui, suas duas últimas reuniões:

Por João Batista dos Mares Guia

por 3 mil cruzeiros. Ninguém aceitaria ir morar de aluguel.

As propostas tinham nascido da decisão dos flagelados, tomada em assembleia, no dia 11, na Secretaria de Saúde. O que o governo tinha feito, então?

O presidente da mesa apresenta uma denúncia de violência praticada pela CHISBEL contra moradores da Vila União e Perrela: «no dia 3, uma Kombi placa 5482, as guarnições da Rádio Patrulha da PM, 345 e 221, e mais uma Kombi, chapa branca da prefeitura de Belo Horizonte, placa 4376, fizeram o seguinte: destelharam vários barracos dessas vilas, arrebentaram os cadeados, derrubaram cercas e furtaram dois sacos de cimento. O fiscal que comandou isso foi um tal Wilson, da prefeitura. Pedimos punição para esses indivíduos. Que parem de fazer violência contra os companheiros da periferia».

Logo a seguir ele passa palavra ao presidente da Associação da Ventosa, mas o microfone desliga-se. A assembleia grita: «deixa falar, deixa falar». A palavra cassada é retomada

Tirando partido da desgraça alheia

A mesa anuncia: vai falar o «companheiro»

padre José Geraldo, da vila São Gabriel: «quero tornar público o que vem acontecendo na vila São Gabriel, diz o padre. Lá há mais de 400 pessoas desabrigadas, recolhidas em dois grupos escolares. Se o governo até agora não cumpriu suas promessas, pelo menos todos tem uma esperança: voltar para onde estavam. Mas em São Gabriel, denuncia o padre, nem essa esperança podem ter. Antes da chuva, eles moravam numa área de 13 km por onde passa a ferrovia BH-Santa Luzia, da Rede Ferroviária Federal. A rede está tirando partido da chuva. Mandou seus guardas cercarem a área. Eles não deixam ninguém reconstruir barraco. A rede está tirando partido da desgraça alheia. Isto é um ato de prepotência, de violência, de desumanidade».

Fala um flagelado: o governo faz promessas. Na verdade o Governo não é culpado. São os castigos que Deus manda. Mas eu pergunto: onde está o governador? Cadê o governador com a ajuda dele? Ele que diz que ia rezar? Nos temos que enfrentar essa luta com coragem. Não é o governador que vai bater pá e picareta e botar as lajes não, somos nós. Não vamos ter medo da polícia nem disso nem daquilo».

É a especulação imobiliária

Fala Felipe Silva: «Quero alertar os companheiros que a Chisbel não tá providenciando nada. Ela tá é oferecendo dinheiro, de 2 mil a 6 mil pro povó deixar a área. Peço aos companheiros não aceitar, porque o compromisso do Governo é distribuir material de construção. O que o companheiro vai fazer com esse dinheiro? Não dá prá construir um cômodo».

Navila Pontapora a barra tá pesada. «Estávamos abrigados no Grupo Escolar da Saudade. Fomos expulsos de lá pelo capitão da PM. Tivemos que voltar pro barracão que tá caindo. O capitão disse que se não saísse de lá ele botava na rua. A gente foi na Chisbel, eles mandaram esperar no grupo. Lá, o capitão pôs nós na rua».

Uma dona toma a palavra, ela chora e fala: «Moro no bairro São Paulo, perto do Matadouro Velho. A chuva levou tudo. Só salvei meus 4 filhos e meu marido. Vim por precisão e só. Muito obrigado».

O secretário da mesa vai falar: nós, povo organizado, é que podemos realmente enfrentar esse problema. Isso ficou decidido domingo. O trabalho é coordenado por essa comissão. Endereço dela: Sindicato dos Jornalistas. A decisão que a gente tomar aqui é pra valer. Não podemos voltar pra casa desorganizados senão a Chisbel faz o que ela quiser».

É a vez do DCE da Universidade Federal falar: «Os estudantes estão fazendo coleta de

dinheiro nas ruas, pedágios, coleta de roupa e mantimento, e agora nós estamos organizando os estudantes de engenharia pra ajudar na construção dos barracos e os de medicina, na saúde».

Carnaval pra quem?

Já no final, uma moça do Movimento Feminino pela Anistia propôs a organização de uma campanha de arrecadação de dinheiro para os flagelados no Mineirão. O último domingo, dia 18. Seria jogo do Atlético com o Cruzeiro. A Assembleia topou a parada. No domingo, mais de 100 pessoas da Assembleia compareceram ao DCE, local de encontro para a ida ao Mineirão. A

turma foi para as bilheterias e algumas faixas explicativas da campanha foram abertas. A PM prendeu uma pessoa. Daí a pouco o preso volta livre, acompanhado de dois tenentes que ficaram por perto «dando cobertura» à campanha. Devem ter achado que era a tal da «subversão».

Lá dentro, o galo ganhou da raposa de 2 a 1. No dia seguinte os jornais estamparam: «Já começou o carnaval da massa». A massa é atleticana, mas os jornais estão por fora. Esse ano não tem carnaval. E galo e raposa não levantam barraco de ninguém, nem enchem barriga. Os flagelados, favelados, pobres e operários de BH é que o digam.

A luta continua.

A barra tá cada vez mais pesada

Na última terça-feira, dia 20, a Comissão Central do Movimento de Apoio aos flagelados reuniu-se no Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Estavam presentes mais de 70 moradores da periferia, além dos representantes das demais entidades participantes. Pauta: balanço da situação e propostas de encaminhamento da luta. Aqui, alguns flashes da reunião, a partir dos presentes.

Na Vila Cafezal a direção do Centro Comunitário (que não faz parte do Movimento) passou a boicotar não aceitando mais nenhuma doação: «Tem muita roupa e muito sapato», disse um flagelado «mas a gente não recebe mais nada. Tem é gente querendo botar uma loja com as coisas».

Na Nova Cintra, segundo os seus moradores já chegaram muitos alimentos: «Tá tudo estocado num quarto, parece até um armazém, só não tem pinga. Mas a diretora da escola não deixa sair nada, só um pouquinho prá enganar o beijo. Tem até gente doente, doente de fome». Foi sugerido que os próprios flagelados organizassem a distribuição.

A repressão chegando

Outro morador denunciou que o Governo está perseguindo: «As assistentes sociais da Prefeitura, que estavam nos apoiando, foram chamadas para dar depoimento na Corregedoria. O auditorio da Secretaria da Saúde foi negado por ordem das autoridades. E não é muita coincidência que os padres do Colégio Santo Agostinho não querem mais emprestar o auditório para a nossa assembleia?»

Moradores denunciaram que a Vila União foi indida por tropas da cavalaria da PM, para impedir que os barracos fossem reconstruídos. Os desabrigados tinham recebido de 2 a 3 mil cruzeiros da Chisbel e pensavam que era ajuda para reconstruir. Mas a tropa informava que era uma indenização para desocuparem o local e construir em outro lugar. Contudo ninguém tinha lote e o dinheiro não dava.

Uma comissão das vilas atingidas da Cidade Industrial foi à Prefeitura de contagem levar as reivindicações. O prefeito José Luiz do MDB se recusou a recebê-los, acusando

do-os de subversivos e arruaceiros». E aconselhando-os «a tomarem cuidado com as consequências». O prefeito é ligado ao deputado federal Neuton Cardoso que disputa a Direção Regional do partido em Minas.

E agora?

Ainda na reunião da Comissão Central se discutiu os rumos do movimento. Francisco Nascimento, que se fazia acompanhar de uma pequena claquete, tentava a todo custo desmobilizar o ânimo do pessoal: «nós, da União dos Favelados só participamos de coisas sérias, de coisas legais. Quem quiser fazer concentração ou passeata não conte conosco. Isso é ilegal e é preciso deixar claro que quem participar vai ser preso, vai apunhar muito, vai ter famílias passando fome mais necessidade ainda. Nós estamos preocupados é em construir os barracos. Tem gente aqui que tem outros interesses; é problema deles».

Depois, da reunião muita gente comentava as ligações da União dos Favelados com os vereadores da ARENA. A sede da União funciona na sede da Arena mineira.

A fala do Nascimento foi rebatida por vários favelados: «os trabalhadores não tinham o direito à greve e foram à greve... nós temos é que conquistar os nossos direitos... nós é que realmente estamos trabalhando para reconstruir os barracos, não ficamos esperando os favores do governo, mas lutamos».

No final da reunião foram tomadas várias medidas de organização do movimento: criar uma Comissão Executiva, com um representante de cada vila, organizar melhor o sistema de distribuição e fazer o levantamento das necessidades, principalmente de materiais de construção, organizar as equipes de profissionais (médicos, engenheiros) para orientar os moradores em suas especialidades, lançar uma nota de denúncia da situação a toda a população convocando os flagelados para uma nova assembleia geral, no DA da Faculdade de Direito. Para isto, organizar a mobilização para a Assembleia, com discussões nas vilas arranjando transporte para o pessoal. (Virgílio Guimarães)

O governo de Minas fez uma grande obra nesta época de chuvas, enchentes e flagelo: conseguiu unir toda a periferia de Belo Horizonte contra si. E uniu mais: favela com vila, vila com bairro pobre, morador com flagelado, pobre com estudante, luta de anistia com luta por moradia. E a força dessa união tem nome: Comissão de Solidariedades e Reconstrução, ou Comissão Central, integrada por representantes de todos os bairros, vilas e favelas — atacadas com fúria pelas chuvas e pela completa desatenção da prefeitura de Belo Horizonte e dos órgãos públicos — o Comitê Brasileiro pela Anistia (Secção Minas Gerais) o Movimento Feminino pela Anistia, o DCE da Federal, paróquias, Sindicatos dos Petroleiros e dos Jornalistas Mineiros. Todas essas entidades têm assento natural na Comissão, de igual prá igual.

Foi essa Comissão que preparou a assembleia de quinta-feira última, dia 15, no auditório do Colégio Santo Agostinho. Chovia muito, e o povo foi lá, 1.500 pessoas. O fundo do salão parecia uma creche: dezenas de mães ajuntadas num canto, meninos no colo, todos atentos na assembleia. No domingo anterior, a assembleia fora realizada na Secretaria de Saúde de Minas Gerais. Agora, o governo não gostou. Mandou tropa da Polícia Militar cercar o local com receio de que os flagelados e pobres ocupassem o prédio. Mas a igreja abriu suas portas para os pobres.

Caso de polícia

A Comissão indicou Francisco Nascimento da União dos Favelados para presidir a assembleia, e ele concordou. A pauta era: relato do encontro com o governo de Minas, dr. Eduardo Levindo Coelho, irmão do governador, ocorreu na segunda-feira, dia 12, no Palácio dos Despachos. Ficou acertado o seguinte: 1º) A CHISBEL (Coordenadoria das Habitações de Interesse Social de Belo Horizonte) ficava obrigada a fornecer imediatamente todo o material para cada família reconstruir sua habitação. Quando o local não permitisse a reconstrução, devido à insegurança, a CHISBEL ficava obrigada a dar também o terreno em outro local. 2º) Flagelados abrigados em escolas e outros prédios não saem de jeito nenhum a não ser depois de reconstruída suas casas.

Os flagelados denunciaram a CHISBEL que estava tentando comprar o local de barraco caído



Ei, você aí, me dá um dinheiro aí...

Como se não bastasse o descalabro das medidas adotadas pelo governo para fazer face às enchentes, agora a solução apresentada para a recuperação dos prejuízos é meter a mão no bolso dos trabalhadores através do aumento do Imposto de Renda na fonte.

Por Afonso Borges

A partir de março e até dezembro deste ano, os descontos na fonte relativos ao Imposto de Renda pago pelos assalariados será elevado em 5%. Isso significa para dar um exemplo, que dos salários de que se descontava, até agora, 1.000 cruzeiros por mês a título de imposto sobre a Renda, passa-se a descontar, a partir de março, 50 cruzeiros a mais. Para outros rendimentos sujeitos a retenção do IR na fonte que não os salários (rendas de títulos e outros papéis, gratificações e participações nos lucros de administradores de empresas) o aumento do desconto foi de 10%. Ao mesmo tempo, a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que incide sobre os automóveis foi também elevada em 10%.

Os recursos provenientes dessa elevação de

O Governo só fabrica dinheiro para alguns

Acontece, em primeiro lugar, que a soma de recursos que, segundo Veja desta semana será arrecadada em consequência deste aumento de impostos (5 bilhões de cruzeiros) supera em muito a que foi destinada para cobrir os prejuízos causados pelas enchentes segundo o Governo. Assim, pode-se acreditar que estas medidas foram tomadas também com uma outra intenção não confessada: fariam parte da política de desaquecimento da economia que Simonsen vem prometendo implementar.

Além disto, diante das declarações de Simonsen sobre o papel «redistribuidor» que o governo desempenha na economia, cabe perguntar, antes de tudo, de onde é que o governo «tira» e onde é que o governo «coloca».

De onde o Governo tira, já se pode ver pelas próprias medidas adotadas: preferencialmente dos que têm menos. Afinal, porque não se taxou mais pesadamente as rendas (inclusive os salários) mais elevadas, mantendo inalteradas as alíquotas que incidem sobre as remunerações mais baixas? Por que não se elevou o Imposto sobre Operações Financeiras? Teria sido igualmente possível taxar mais drasticamente os ganhos no open market, desestimulando, de

quebra a especulação financeira. Mas se preferiu a nova carga de impostos principalmente sobre rendas já bastante gravadas.

Impostos: um roubo progressivo e disfarçado

De fato, a estrutura tributária brasileira, desde a reforma de 65-66 tornou-se cada vez mais regressiva. Como se sabe, os impostos indiretos incidem proporcionalmente mais sobre as rendas menores: se, por exemplo, do preço de uma mercadoria qualquer 100 cruzeiros correspondem ao ICM, esses 100 cruzeiros representam 10% de uma renda de 1000 cruzeiros e apenas 1% de uma renda de 10.000 cruzeiros. Pois bem. Na estrutura tributária brasileira, os impostos indiretos passaram a ter um peso cada vez maior. Basta dizer, para comprovar isso, que entre 1960 e 1974, a contribuição dos impostos diretos para a receita tributária decresceu de 45% para 29,2%. Assim, a carga tributária pesa mais sobre os assalariados e tem pouquíssimo das rendas mais altas.

Quem paga o pato

O ministro Simonsen está certo: recursos não

saem do nada. No entanto, o presidente do Banco Central reconheceu, há poucas semanas, que as autoridades haviam carreado já recursos de ordem de 40 bilhões de cruzeiros para socorrer o sistema financeiro, do qual ainda faltava receber de volta 28 bilhões. A Lutfalla recebeu do BNDE 70 milhões de cruzeiros. E dois dias antes do anúncio da elevação de impostos, o Banco do Brasil emitiu nota informando que um «pool» de bancos estava sendo formado para conceder ao grupo Atalla um empréstimo de 6,5 bilhões de cruzeiros (300 milhões de dólares, nem mais nem menos).

A verdade é que o Governo se comprta como uma autêntica companhia seguradora, bancando o risco de operações especulativas e audacientas. Esses recursos acabam por ser otidos via expansão dos meios de pagamento, com o Governo se valendo do poder, que efetivamente tem, de fabricar dinheiro. Mas isso não significa que os recursos gerados dessa forma saem do nada. Na verdade, a inflação que daí decorre, correndo os salários, acaba funcionando como um mecanismo de transferência de renda: para o Governo e para as empresas. O que quer dizer que, no fim das contas, em todos os casos não das enchentes como no de falcatruas financeiras ou quando se trata de combater a inflação quem «paga o pato» são os assalariados.



IRÃ



À medida que prossegue o expurgo entre os escalões superiores da oficialidade iraniana — inclusive com execuções de elementos condenados pelo Tribunal Revolucionário Islâmico — começam a delinear-se os limites do movimento popular que derrubou a dinastia Pahlevi. Basicamente, temos de um lado o aparelho religioso mais diretamente ligado a Khomeini, em aliança com setores técnicos de maior lucidez (que se identificam com o engenheiro e primeiro-ministro Mehdi Barzagan); todo este bloco tende a um compromisso com o exército iraniano, condicionado naturalmente ao expurgo dos elementos notoriamente comprometidos, a dissolução de regimentos «selvagens» como a Guarda Imperial, o julgamento dos assassinos da Savak etc.

Do outro lado, está o que se convencionou chamar, na grande imprensa, «a extrema esquerda» naturalmente ligada aos palestinos e de ideologia marxista-leninista. Ou, pelo menos, apresentada como tal, apesar de a China (que também se reclama do marxismo-leninismo) ter apoiado a monarquia iraniana até o fim. Essa «extrema-esquerda» estaria armada, desejava de radicalizar o processo, etc., o que a levaria a entrar, num futuro próximo, em conflito aberto com o ayatollah.

Na verdade, a coisa é um pouco mais complicada. De saída, em nenhuma insurreição as massas se mostram ansiosas em devolver as armas conquistadas na luta e cuja conquista, inclusive, sela a aliança entre os setores populares e os soldados rebeldes e dá uma dimensão insurrecional à mobilização das massas. O fato de que setores ligados à esquerda «leiga» não devolvam suas armas não implica absolutamente que estejam dispostos a utilizá-las contra os sacerdotes xiitas próximos a Khomeini. Mesmo porque, Khomeini é a liderança incontestada ao

menos até agora do mais importante movimento de massas do Oriente Médio da segunda metade do século XX, em plena fase de ascenso revolucionário. E qualquer organização de esquerda sabe disso.

Comitês de greve

Na verdade, o que preocupa a liderança xiita — e sobretudo a seu aliado de ontem, o exército — é que estes quadros «leigos», do partido comunista (Tudeh) e outras organizações de esquerda, dispõem de uma audiência considerável junto aos setores urbanos da sociedade iraniana, além de forte representatividade no seio dos comitês de greve que coordenaram, nos últimos 12 meses, a resistência operária ao regime do xá. Quando a Companhia Iraniana de Petróleo (dirigida atualmente por um tecnocrata ligado a Barzagan) declara poder voltar à produção «normal» em dez dias, desde que os trabalhadores não intervenham, ela não está preocupada com o «marxismo-leninismo» da esquerda. O que a preocupa é que setores ponderáveis dos trabalhadores, entre os quais estão, naturalmente, muitos revolucionários não estão dispostos a multiplicar por 8 a atual produção de petróleo (de 700 mil barris) sem que haja uma garantia real, de parte do governo, de que os organismos operários nascidos na luta contra o xá continuarão a existir e a desempenhar novas funções, ligadas ao controle operário da produção.

Em princípio, estas reivindicações operárias não têm nenhuma incompatibilidade básica com o programa democrático que o ayatollah dirigiu em 15 anos de oposição, às massas camponesas. Se os setores operários souberem conservar esta aliança, a dinâmica do processo revolucionário iraniano poderá ir muito além de sua fase «islâmica», objeto de tantas análises da imprensa internacional.

C. E.

VIETNÃ-CAMBOJA



No dia 18 de fevereiro, foi assinado em Phnom Penh um tratado de paz, aliança e cooperação entre o Vietnã e o novo governo cambojano, integrado por quadros da FUNKS (Frente Unida Nacional de Salvação do Camboja).

Com duração prevista pra 25 anos, renovável a cada dez, o tratado foi assinado pelo primeiro ministro vietnamita Pham Van Dong e pelo presidente cambojano Heg Samrin (ex-dirigente do Khmer Vermelho e um dos líderes da rebelião militar de 28 de maio de 1978, o contra o regime do «Kampuchea democrático»). Além de lançar as bases para um pacto de defesa mútua entre os dois países — que se torna urgente num momento em que a China invade as fronteiras vietnamitas — o tratado cria instrumentos para a delimitação definitiva das fronteiras entre o Vietnã e o Camboja.

De certo modo, a formalização das relações amistosas entre o governo vietnamita e o FUNKS pode implicar na relativa estabilização da «retaguarda» cambojana, no momento em que o essencial da estratégia vietnamita se desloca para o norte, em direção à fronteira chinesa. Isto, porque o FUNKS aparentemente não conseguiu montar, até agora, uma rede administrativa eficiente — em boa parte devido aos expurgos que recaíram sobre os quadros técnicos e intelectuais, durante o governo do Khmer Vermelho. Além disso, a resistência militar dos partidários do Khmer Vermelho ainda se faz sentir: no final de janeiro, os guerrilheiros organizaram sua primeira contra-ofensiva de vulto, empregando blindados e artilharia pesada e conseguindo capturar provisoriamente a capital provincial de Takeo, a 80 km da capital cambojana.

CHINA X VIETNÃ

O «camarada» Teng ataca outra vez

«Olhem agora para o Mediterrâneo, para o norte da África. O ano de 1978 não foi mais tenso do que 1977? Vemos que no ano passado o Yemem do Sul foi tomado pela União Soviética e que a União Soviética ganhou influência sobre a Etiópia. Se formos mais para leste, há o Afeganistão e atualmente há o Irã, onde parece não haver mais fim para os transtornos. E o Paquistão. E mais longe ainda no Oriente, o Vietnã controla o Laos. Por meios militares, além de ter feito uma grande invasão no Camboja, com mais de dez divisões. Então, tudo isto concerne gravemente aos países do mundo. E eles deveriam lidar com isso seriamente. (Teng Hsiao-ping em entrevista concedida durante sua recente viagem aos Estados Unidos).

C. E.

Não há dúvida de que Teng Hsiao-ping decidiu «lidar seriamente» com os que, em sua opinião nada internacionalista, não passam de peças da URSS. Antes, numa entrevista à televisão norte-americana, havia ameaçado «dar uma lição» aos vietnamitas, por ele denominados «os cubanos da Ásia» (ver ET nº 50). Fortalecido pela badalação que acompanhou a visita de Teng aos Estados Unidos e ao Japão, o governo chinês ordenou no dia 17 aos 100 mil soldados dispostos ao longo das fronteiras vietnamitas que invadissem o país.

O pretexto foi a «indignação das tropas fronteiriças com as atrocidades vietnamitas». Como se a indignação levasse tropas disciplinadas a tomar uma decisão política dessa envergadura. Na realidade como admitia Teng Hsiao-ping, trata-se de fazer frente a um pretensão reforço da influência soviética no Sudeste da Ásia, ligado à derrocada do regime pró-chinês do Camboja. Raciocínio baseado apenas em considerações sobre a correlação de forças, típico de qualquer potência colonialista do início do século.

Mil anos de luta

Na verdade, a invasão chinesa pode ser revelar uma jogada perigosa. De um lado, ela subestimou a capacidade de luta do povo vietnamita, que levou a enfrentar, o invasor japonês. frances e

norte-americano, ao longo de 35 anos de guerra popular. Em segundo lugar, invasão premeditada vem reacender toda uma série de velhos antagonismos entre os dois povos, ligados ao expansionismo chinês na região. Foi justamente contra os exércitos chineses que os vietnamitas descobriram a eficácia da resistência popular, conseguindo libertar seu país em 1938. Depois disso, nos séculos seguintes, cada dinastia chinesa tentou reconquistar o Vietnã.

No século XX, a China do Kuomintang ocupou o Vietnã do Norte até o 16º paralelo. E, na própria China de Mao, mapas escolares, destinados aos alunos do curso secundário, colocavam o Vietnã (bem como o Camboja, o Laos e a Tailândia) como «partes do território chinês de que se apropriaram os imperialistas». Diante desses mais de mil anos de confronto, a rivalidade entre cambojanos e vietnamitas é brincadeira de criança.

Um regime sólido

Além disso, o Vietnã não é o Camboja, onde um regime delirante obrigava, em nome do socialismo, a população a casamentos forçados e esvaziava as cidades de seus habitantes, a pretexto de «superar a contradição entre a cidade e o campo». Entre fevereiro de 1977 e maio de 1978, ocorreram seis levantes armados contra o regime de Pol Pot. Muitos comandantes desses regimentos e divisões rebeldes



compõem atualmente o governo de Phnom Penh, como admite a grande imprensa.

Em outras palavras, a «agressão vietnamita» (nas palavras de Pequim) dispunha, pelo menos de um mínimo de apoio popular, enquanto a agressão chinesa não dispõe de nenhum. Além disso, independentemente das tropas locais, o exército vietnamita é um corpo profissional altamente capacitado, como descobriram amargamente os franceses e norte-americanos e dispõe de armamento altamente sofisticado, capturado das tropas dos EEUU. Sem falar que a União Soviética permanece na expectativa ao norte da fronteira chinesa, com suas divisões e bombardeiros em prontidão.

As lições cubanas

A estratégia de Teng Hsiao-ping, de «beira do abismo», parte aparentemente do pressuposto de que a União Soviética recuará, diante da perspectiva de um conflito mais ampliado (que poderia inclusive ser nuclear);

além disso, a resistência do «Kampuchea democrático» deverá intensificar-se e derrotar os «titores de Hanói», tão logo as divisões vietnamitas sejam deslocadas para o norte. Finalmente, o Vietnã deverá ser anotado à mesa de negociações. No entanto, se o governo de Phnom Penh revelar uma base social mais ampla, e prosseguir no controle da situação, é se os chineses tiverem que voltar a suas fronteiras (empurradas ou não pelas divisões blindadas vietnamitas) sem que os dois países tenham estabelecido negociações, — e, segundo às últimas notícias, é o que está ocorrendo — o prestígio dos atuais dirigentes chineses poderá cair bastante, no interior da elite política do país. O que poderá ter consequências bastante desagradáveis para a carreira pessoal do «camarada» Teng que, nas horas vagas, é chefe do Estado Maior das Forças Armadas chinesas. Em 1975, em Angola, os cubanos deram uma lição aos invasores sul-africanos. Vejamos o que o governo chinês poderá aprender junto aos «cubanos da Ásia».

Os Ecos de Puebla

O fato de o Documento Final da Assembléia de Puebla ter sido aprovado por 178 dos 179 bispos presentes tem sido interpretado como resultado de concessões mútuas entre as alas conservadora e progressista da Igreja. A análise que publicamos aqui, entretanto, sugere que, independentemente do texto final, a dinâmica da Igreja no continente, voltada para as comunidades de base, foi longe demais para voltar ao controle da ala conservadora. O Documento Final de Puebla é, quando muito, o prefácio do que vai ocorrer numa década decisiva para as relações de poder entre Igreja e Estado na América Latina.

Tem razão o Cardeal Arns e D. Luciano Mendes de Almeida em dizer que nem a visita do Papa conseguiu passar Puebla para segundo plano. E o risco foi iminente, não só em razão do caráter plebiscitário que o acontecimento assumia para os mexicanos — o México não matém relações diplomáticas com o Vaticano — mas antes de tudo, face ao «quantum» de presença que João Paulo II conseguiu conferir à sua peregrinação, não tanto aos lugares «santos» mas, principalmente, aos «profanos».

Todavia, não foi este o risco maior. Os pronunciamentos fortes e incisivos feitos pelo pontífice não refletiram somente os cuidados de um pastor — que é também chefe de Estado e de governo — a ensaiar os primeiros passos e tomar as primeiras decisões, mas verteram também a sua experiência polonesa e a sua inexperiência latino-americana. E pode-se dizer que ele foi sempre hábil, mesmo sem ter sido igualmente feliz.

Sem querer reduzir o seu discurso (o que poderia resultar em simplificações arbitrárias) a duas ou três proposições, é possível nele discernir, nas várias ocasiões em que tomou forma, a ênfase muito polonesa, inteligente e conservadora a associar-se a uma tomada de consciência da injusta condição econômica e social do povo latino-americano. Tomada de consciência que se expressou em termos claros — em especial quando ele se dirigiu ao próprio povo — mais do que nos discursos de praxe, endereçados aos bispos.

Veredas Abertas

Estratégia ou tática, reflexo de sua insegurança ou hábil forma de deixar aos bispos as decisões que lhes cabem, já que eles são, em tese, os seus «pares», o certo é que João Paulo II, se

fechou a porta ao clero, na mais extrema interpretação de suas intenções, deixou as vias e veredas da Cidade do Homem abertas à Igreja inteira. Com efeito, a expressa colocação aos leigos de uma reservada competência no que concerne à ação política é velha doutrina eclesial e vigorou, mesmo no Brasil — terra dos padres políticos e políticos mais do que outras — nos tempos ainda recentes da Ação Católica. Todavia, ela emerge agora em um novo contexto: o de um catolicismo que, desde o Vaticano II, vem proclamando o caráter autônomo da missão do leigo, mesmo sem haver ainda encontrado formas concretas para o exercício desta autonomia. Pode-se então perguntar: não seria a encarnação na política de que se fala, que residiria o núcleo dessa missão, ainda um simples «dito teólogo»?

A releitura

De qualquer modo, a Assembléia de Puebla (e houve tempos em que Igreja significava precisamente assembléia) não seguiu o curso que seria mais do agrado dos bispos conservadores e da imprensa burguesa, outrora anticlerical. Tanto foi assim, que já se começa a falar em «releitura» dos discursos do Papa. Mas, tenha havido ou não releitura o certo é que a Assembléia seguiu o curso que fazia prever a forte e negativa reação aos documentos preparatórios e às manipulações de Lopez Trujillo. (ver EM TEMPO Nº 48).

Sem dúvida, os problemas estruturais da América Latina não foram tratados de modo analítico e rigoroso, mas a referência que a eles se fez não constituiu apenas a simples observância de uma rubrica. Tanto assim que ela teve três resultados de máximo alcance: a condenação do Capitalismo como sistema (é a primeira vez que isso

ocorre em uma Assembléia Continental); a condenação da Doutrina da Segurança Nacional, decisiva para o católico latino-americano como fator de mobilização e organização; a aceitação genérica das comunidades de base como experiência. Além disso, a teologia da libertação saiu quase ileso do embate (ao menos se forem consideradas as expectativas em contrário) enquanto a condenação do marxismo (como sempre, sumariamente descrito) ficou longe de servir de compensação ao paladar das direitas, tanto leigas quanto clericais. E talvez no futuro se venha a reconhecer que a sóbria refeição servida aos progressistas não foi tão parco assim.

A Dinâmica Comunitária

Pode-se objetar; são apenas ecos de Puebla; é necessário ir ao documento final, na sua íntegra, para que se possa dar conta do que se disse e fez e, mais ainda, do que se pode pretender a partir dele. Observação correta, mas de pouca valia na situação histórica que se criou. Hábil manobra dos bispos progressistas ou resultado de uma dinâmica que a Igreja não pode mais controlar. Puebla pertence definitivamente ao passado e o seu documento é, quando muito, o prefácio do que se vai fazer, do que doravante há de ocorrer na América Latina. É o que se pode apreender da própria liberdade com que alguns bispos brasileiros, no ato mesmo de seu regresso, se pronunciaram a respeito de como viram o Encontro: teve-se a nítida impressão de que eles voltaram tranquilos quanto a seu futuro. Nesse sentido, pode-se perguntar o que foi Puebla, mas a partir da resposta que se der não se poderá dizer o que há de ocorrer na Igreja do continente; quando muito, será possível divisar o que não há de acontecer.

A opção pelos pobres

Mas não é só. O resultado que as decisões tomadas deixaram transparecer à imprensa e que as publicações fragmentárias e declarações de bispos confirmam, incluem mais duas questões: a opção preferencial pelos pobres e a defesa dos direitos humanos. Ora, tais expressões são muito genéricas para satisfazer a exigência da mais

elementar ação: abandonadas a si mesmas, elas apenas visam o seu referente à distância. A palavra pobre dissolveu-se na linguagem do homem contemporâneo, à medida que a realidade por ela visada assumia formas complexas e precisas na sociedade capitalista. Antes de tudo, ela corre o risco de se tornar a abstração do nada, se não considerar as relações de classe que se travam no interior da sociedade capitalista a que se refere. O exemplo do que pode ocorrer é ainda muito recente para ser esquecido: nas pregações do cristianismo (e não apenas nem principalmente entre os católicos) os «pobres» foram despojados até do último bem que lhes restava: a sua condição de antes de um mundo material muito concreto. Alguns movimentos de igreja têm denunciado este expediente, que marcou o cristianismo feudal e também o burguês, como uma verdadeira traição; têm mesmo encaminhado uma interpretação mais realista da sociedade e uma praxis mais eficaz. Mas eles vão enfrentar, doravante, um problema que vai requerer mais do que habilidade e coragem, pois tudo indica que o documento de Puebla ignorou ou minimizou as estruturas de classe do capitalismo que condenou; o que se pode perguntar é o que pode ser a «opção pelos pobres» sem uma expressão considerável destas relações. E a luta pelos direitos humanos também pode padecer os seus percalços, na medida em que lhe for reconhecido um significado político. Com efeito, nesta luta, a presença do padre e do bispo têm sido decisiva e pode ser inibida pelo veto ou pela restrição da ação política do clero.

A década decisiva

Se os ecos de Puebla não foram distorcidos, a próxima década será decisiva para as relações de poder entre Igreja e Estado na América Latina e deste confronto tudo pode resultar: preferir sem inspiração tem sido sempre funesto, principalmente aos que se pretendem cientistas sociais. De qualquer forma, se a política dos agentes de Igreja se revelar inepta ou inadequada às condições da sociedade latino-americana, se ela não for capaz de assumi-las como contradições e assim resolvê-las no quanto isto lhe cabe, elas hão de devorar essa Igreja qual esfinge instalada e estruturada em seu próprio seio.

O satânico Dr. Disney

Hoje os catecismos carolas e reacionários já não existem mais. No seu lugar surgiram as revistas em quadrinhos que de maneira muito mais sutil e eficaz realizam a doutrinação infantil que interessa às classes dominantes. E neste ramo Disney é, inquestionavelmente, não só o criador como também o mais influente. Aqui, uma devassa nas suas estórias.



Por Grupo Mineiro de Desenho

A cada semana, em todos os cantos do mundo, milhões de leitores são absorvidos pela fantasia e pela «inocência» das velhas histórias de Papai Walt Disney, criador de dezenas de personagens que desde 1928 encantam adultos e crianças, representando o indiscutível sucesso financeiro de Walt Disney Corporation.

Até hoje, poucas foram as tentativas de analisar este complexo mundo da imaginação, sendo a obra mais conhecida a de Armand Mattelart e Ariel Dorfman, «PARA LER O PATO DONALD» tida por muitos como uma visão sectária da «entenebrecida» criação de Disney, opinião manifestada no próprio prefácio do livro, por Alvaro de Moya, colecionador e crítico de quadrinhos de São Paulo.

Naturalmente essa opinião é um fiasco. Longe de encerrar uma visão sectária, o livro de Mattelart nos parece concorde nas críticas que faz à intrincada estrutura ideológica de Patópolis e seus personagens, na medida em que não aborda alguns de seus aspectos fundamentais, como as relações econômicas. É importante, no entanto, registrar o caráter pioneiro que tem a obra de Mattelart e Dorfman. Além de ser responsável

por uma nova linha de análise do «Mundo Disney» e dos quadrinhos em geral, ela, apesar de seu apego a um eixo demasiadamente psicológico de análise e crítica, abre, inclusive, campo para abordagens mais profundas.

Joguem os maus aos leões

A repressão permanente seria, sem dúvida, a sentença que Disney prescreveria aos marginais de toda a espécie, aos maus e subversivos, caso fosse, ao invés de um empresário bem sucedido, um juiz criminal. Isto ele deixa claro através de suas estórias, onde o Mal não tem conserto, da mesma forma que o Bem é imaculado. A maldade, como a bondade, fazem parte da natureza dos homens, não são resultado de suas relações sociais, das contradições da sociedade capitalista, mas sim obedecem aos mandamentos da Genética. Os Irmãos Metralhas, malfetores de grande estirpe, não adquiriram nenhuma de suas características num embate com o mundo. Já as possuam no berço, as trouxeram do útero materno. É assim, ao menos, que nos conta Disney no nº 958 do «Pato Donald», de março de 1970, numa estória que traz o sugestivo título de «A culpa não é nossa». Nela, os metralhas tentam, enquanto são julgados, demonstrar que a razão de sua atual condição de marginais tem origem numa infância de pobreza e violência. Seu argumento, contudo, é desmentido pela providencial intervenção de Madame Min, que leva o Magistrado ao

passado dos malfetores. E o passado condena. Na verdade, os Metralhas não passavam de «Malvados de nascença», conclusão literal a que chega o Magistrado. Exemplos como este são inumeráveis.

Falhas, assim como «desviados sociais» incorrigíveis, existem. É preciso, então, reprimilos, proteger as instituições, a propriedade privada contra qualquer ameaça. E o Mundo Disney não tarda na repressão, como não tarda na recompensa aos justos. Na terra, aos homens de boa vontade (leia-se satisfeitos com a ordem estabelecida) os prêmios são vários: vantagens profissionais, sucesso financeiro, etc... Aos maus, as eternas chamas do Inferno. Em outras palavras, a repressão pura e simples, a tortura, a condição de párias.

E atirem os bons aos céus

No conflito absoluto o resultado é certo: O Bem sempre vence. No entanto, mesmo dentro do maniqueísmo tosco, há que haver espaço para o relativo. Assim é que, por vezes, personagens naturalmente bons excedem em suas atitudes, vão além do habitual. Quando o Tio Patinhas, por exemplo, ultrapassa os limites da avareza ou da exploração «normal», personagens ainda mais perfeitos são utilizados para adverti-lo. É o caso dos incorruptíveis esquiteiros Huguiño, Zézinho e Luizinho, expressões da mais alta moral e retidão. Neste confronto ganham os esquiteiros, mas ninguém sai perdendo. Tio Patinhas acaba por aceitar os princípios da «boa conduta» e tudo termina bem.

O mesmo não acontece quando o conflito relativo se dá entre «maus». Neste caso, como por exemplo, entre a Madame Min e os Irmãos Metralhas, sempre estes últimos, os mais desprezíveis (ameaças permanentes aos milhões do Tio Patinhas), são derrotados e castigados. Em síntese, os bons sempre podem aprender um pouco mais, já os maus, pau-de-arara neles.

O conflito relativo, além de suavizar o maniqueísmo tosco, serve também para valorizar uma série de atitudes sociais. E através deste tipo de conflito que o Mundo Disney emite preceitos sobre movimentos femininos, arte, educação, ciência, etc. Os preceitos emitidos são, naturalmente, os mais reacionários possíveis.

Com relação à ciência, por exemplo, distinguem-se claramente três possibilidades para os cientistas: primeiro, os gênios do crime, os cientistas maus, como o Prof Gavião e o Dr. Estigma, segundo, os cientistas bons, porém lunáticos e esquecidos, e portanto inefetivos, como o Prof. Pardal (dos caçadores de costas automáticos); e finalmente, o modelo de como deveria ser a ciência, o cientista trabalhando para o Capital, como nas estórias em que, a pedido do Tio Patinhas, o Prof. Pardal inventa aparelhos capazes de, em questão de horas, duplicar a fortuna do velho pão duro. Outro aspecto importante é a sublimação da ciência positivista, representada pelo Manual dos Esquiteiros síntese de todo o conhecimento humano e absolutamente a-histórico.

Mickey, um agente da CIA
O relacionamento entre esta moral cotidiana

do Mundo Disney e a ideologia é, segundo Patópolis, motivo suficiente para reprimir, para justificar a dominação econômica e o controle dos povos do terceiro mundo.

A respeito disto, cumpre inicialmente mencionar a localização de Patópolis: algumas vezes ela é uma imensa cidade industrial, enquanto em outras é uma pacata cidade norte-americana; umas vezes ela possui um porto marítimo, e em outras, um porto fluvial; existem desertos nas proximidades de Patópolis, assim como pântanos. Segue que, mais que uma cidade dos Estados Unidos, Patópolis é os Estados Unidos.

E os que não moram em Patópolis? São os maquiavélicos habitantes da Brutópia, o paraíso dos trabalhadores (que é um paraíso apenas no nome), ou somos nós, os estrangeiros preguiçosos, os eternos «nativos», os habitantes do terceiro mundo.

A superioridade dos patopolenses justifica então, segundo Disney, que eles sejam os responsáveis pela manutenção da paz (leia-se manutenção do capitalismo) no terceiro mundo. E para isto eles estão bem equipados: possuem a Polícia Internacional, vulgarmente conhecida como Cia, da qual o temível Mickey é um dos agentes mais eficazes; possuem os bondosos capitalistas Patinhas e Patacônio, especializados em fazerem acordos com as burguesias locais (do terceiro mundo), que possibilitam o uso dos meios mais modernos de exploração dos trabalhadores; possuem os esquiteiros mirins, organização com filiais espalhadas por todo o mundo.

O espectro da subversão também ronda Patópolis

Já o combate aos arqui-inimigos de Patópolis, o povo da Brutópia, é feito através de deturpações do marxismo: frequentemente os episódios da Brutópia lutam para que o mundo inteiro se torne escravo dos ditadores daquele país. E é mais que evidente que mesmo o «povo feliz» da Brutópia não está nada feliz com o regime lá implantado. É interessante uma leitura comparativa entre a primeira estória do «Mickey» no número 159, e sua republicação no «Disney Especial» número 19, primeira estória. Enquanto no original, «Mickey», Tio Patinhas lutava contra Brutovic, o cónsul da Brutópia e seu auxiliar Ridelov, na republicação Tio Patinhas lutava contra o Dr. Tancredo Leitão, cientista e seu auxiliar Alfredo. E adivinhem que são os corvos maus na estória dos Aristogatos, publicada no «Tio Patinhas» número 81? Nada mais, nada menos que Marx e Hegel (Sr. Tradutor da Editora Abril: não seria Marx e Engels?).

Tio Patinhas começou como engraxate

Iniciaremos a economia do Mundo Disney pela origem do capital, ou seja, perguntando: como foi que o Tio Patinhas se tornou o riquíssimo que é hoje? E naturalmente, ninguém está mais capacitado para responder esta pergunta que o próprio Mundo Disney.

Tio Patinhas nasceu pobre. A despeito na maioria de seus antepassados terem sido milionários, só recentemente Patinhas conseguiu descobrir os tesouros escondidos da família. Segundo o próprio Patinhas, ele ficou rico através do trabalho árduo, tendo sido engraxate até um minerador que participou da corrida do ouro do Yukon. Seria então através da perseverança e da

avareza que ele ficou tão rico? A julgar pelo número de pessoas perseverantes e ávaras que estão muito longe de serem ricas, esta não é a razão adequada.

Mas o Tio Patinhas tem algo mais. Ele possui a sua moedinha número 1, um amuleto fantástico que, aliado a seu extraordinário tino para negócios, que Patinhas se enriqueceu. Isto explica então porque existem tão poucos milionários, pelo menos para Disney.

Uma comparação entre o Tio Patinhas e o Patacônio é também interessante. Enquanto o primeiro é a avareza em pessoa, chegando mesmo a viajar clandestino em trens para evitar pagar a passagem, Patacônio age de outro modo: desfruta de todos os benefícios da sociedade moderna, sabendo que todos os seus gastos retornarão mais tarde com lucros. Ou seja, Tio Patinhas é reacionário dentro do próprio capitalismo!

Um mundo sem trabalhadores

Mas o que faz que determinado negócio realizado pelo Tio Patinhas proporcione enormes lucros? De acordo com a teoria do valor definida por Disney, o lucro é produzido pela circulação de dinheiro (veja o «Disney Especial» nº 9, «História do Dinheiro», pág. 6).

E certamente não é a existência de trabalhadores que possibilita o lucro, pois Patópolis não os possui. Realmente, todas as pessoas que trabalham no Mundo Disney não produzem

mais-valia: eles são guardas, motoristas de taxi, repórteres, telefonistas, etc. E quando aparece uma das fábricas do Tio Patinhas, os empregados aparecem; aparecem quando muito os mestres-de-obras que dirigem o trabalho de supostos operários (não aparecem), ou de robôs.

Espere, estamos cometendo uma injustiça! Aparecem operários sim! Por exemplo, o segredo do sensacional sítio da Vovó Donald é atribuído a **minhocas**... «as pequenas lavradoras subterrâneas que trabalham o solo do sítio!» (veja o «Mickey» nº 303, pág. 55). E a «união entre o trabalho e o capital» aparece no «Zé Carioca» número 709, onde o Lobão se associa a **castores**, obtendo alta rentabilidade (de passagem, cita-se que tanto as minhocas como os castores são menos evoluídos biologicamente que os patos e os lobos). O relacionamento entre as minhocas e a Vovó Donald é espantoso. Em troca de moradia as minhocas trabalham arduamente o solo do sítio e somente o solo do sítio, porque «elas jamais pensariam em abandonar a Vovó!». Tal sentimento de gratidão é característica do Mundo Disney: tanto as minhocas como «os nativos» (habitantes de uma cidade do terceiro mundo) são vítimas de uma enganação já antiga; em troca do trabalho, os patrões concedem o direito a moradia, dão museus, etc., assim como os conquistadores espanhóis deram quinquilhas em troca do ouro dos povos andinos. Já o Lobão, em sua sociedade com os castores, receberia 50% dos lucros, prêmio que os castores consideravam justo, mesmo que o Lobão

não precisasse de trabalhar. De forma que existe uma maneira honesta de explorar os trabalhadores!

Na verdade, contudo, os patrões estão fazendo um benefício para os empregados ao fazer com que eles trabalhem exaustivamente. É isto que se conclui ao ler a estória do «Pato Donald» nº 618, em que o Donald, inconformado com o regime de trabalho a que estão submetidos os empregados do Tio Patinhas, resolve se tornar um «patrão camarada», aumentando substancialmente o salários dos empregados e diminuindo o horário de trabalho. A consequência não tardou: os antigamente cordiais e compenetrados empregados do Tio Patinhas transformaram-se em assustadores e desleixados. A exploração do velho ranzinza é uma joia do pensamento capitalista: «Sabe o que você fez com os meus empregados? Você lhes tirou a satisfação que sentiam em realizar um bom trabalho, tornando-os preguiçosos e relaxados! Preciso restituir-lhes o senso de responsabilidade... O incentivo para trabalharem e serem recompensados justamente!»

Vietnã na versão Disney

Como síntese de quase tudo que foi dito, existe a primeira estória do «Tio Patinhas» nº 15, em que Patinhas, por não ter recebido um elefante de jade que havia comprado do Vietnã, resolve viajar para lá. No Vietnã (será que este nome tem algo a ver com o Vietnã?) está ocorrendo uma revolução em que todo o povo luta para colocar no poder um ditador, unicamente interes-



sado em transportar pilhagens no oco do elefante de jade, símbolo sagrado lá. O ditador é conhecido como General Mao, e possui como braço direito uma ratazana que é uma caricatura do Ho-Chi-Min. A única pessoa capaz de pacificar o país é o príncipe Bein Bom, representante da burguesia local, e que foi educado em Patópolis. Depois de ter lutado a favor do príncipe o velho sovina e seus sobrinhos resolvem demonstrar como são bondosos: doam um tesouro que eles acharam no Vietnã para o povo faminto daquele país.

Embora não tenhamos abordado todos os aspectos do Mundo Disney, sobretudo a rígida moral sexual de Patópolis (que é bem dotado no livro de Mattelart), acreditamos que o texto acima sintetiza a ideologia que nos é transmitida, não só pra Walt Disney, como também por vários outros veículos ideológicos capitalistas. Pretendemos mostrar, em breve, que o universo criado por Maurício de Souza possui vários elementos em comum com o Mundo Disney, devendo ser, portanto, igualmente criticado.



